

ESTÁGIO DE PÓS DA PGM DE VITÓRIA/ES

CADERNO DE PROVA (SELEÇÃO DE 2024)

Nome completo (legível): _____

Nº de inscrição (legível): _____ Nota: _____

Instruções aos candidatos (leitura imprescindível)

- 1-Não esqueça de preencher o campo anterior (com nome e número de inscrição), porque as provas sem identificação não serão corrigidas nem consideradas;
- 2-O tempo de prova será de 02 (duas) horas, ou seja, irá das 14:00 às 16:00 horas;
- 3-O gabarito abaixo deverá ser preenchido com caneta azul ou preta, sem rasura;
- 4-Para cada questão existe 1 (uma) única alternativa a ser marcada;
- 5-Não serão computadas questões não respondidas, tampouco questões que contenham mais de uma resposta assinalada (mesmo que uma delas esteja correta);
- 6- Caso o candidato resolva ir embora antes das 16:00 horas, deverá entregar a folha de respostas e também o caderno de provas (item 5.1.5 do Edital);
- 7- Após a proclamação do encerramento do tempo regulamentar (16:00 horas), será possível levar o caderno de provas, mediante o destaque, apenas, da presente folha de respostas, a qual deverá entregar ao fiscal de prova;
- 8-Finalmente, desejamos a você uma excelente prova.

CARTÃO DE RESPOSTAS

QUESTÃO	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1-A servidora pública municipal Ana e sua companheira Karen (trabalhadora celetista) acabaram de ter um filho por meio de inseminação artificial. Sobre o direito à licença-maternidade em união homoafetiva mantida por 2 (duas) mulheres, o STF entendera, em sede de Repercussão Geral, que:

- a) a mãe não gestante não tem direito ao gozo de licença-maternidade;
- b) somente a mãe gestante poderá fazer jus à licença-maternidade;
- c) como na referida união homoafetiva as 2 (duas) mulheres são mães, ambas têm direito a usufruir do benefício da licença-maternidade;
- d) em união homoafetiva apenas a mãe gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade, concedendo-se à companheira a licença pelo período equivalente à licença-paternidade;
- e) a mãe não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade, mas, caso a outra companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente à licença-paternidade.

2-Antônio, um jovem eleitor de 16 (dezesesseis) anos, ajuizara Ação Popular em face do Prefeito de Arroio dos Ratos-RS, por entender que o referido Chefe do Executivo teria ofendido os princípios da moralidade e impessoalidade ao nomear o próprio irmão (Engenheiro Civil renomado) como Secretário de Obras da cidade. Sobre a situação em apreço, assinale a resposta **correta**:

- a) é do TJRS a competência originária para julgar a referida demanda judicial;
- b) não é exigida a assistência de advogado para ajuizar Ação Popular;
- c) nesse caso, é pacífico que o menor de 18 anos necessita ser assistido;
- d) menor de 18 anos, ainda que eleitor, não pode propor Ação Popular;
- e) o STF tem afastado a aplicação da SV 13 (nepotismo) aos cargos de natureza política quando o parente nomeado tiver qualificação profissional compatível.

3-À luz da Constituição Federal, gozam de imunidade tributária, **exceto**:

- a) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;
- b) partidos políticos, inclusive suas fundações;
- c) entidades sindicais dos trabalhadores;
- d) instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- e) entidades sindicais dos empregadores.

4-De acordo com o processo trabalhista, assinale a alternativa que indica corretamente o meio processual adequado para impugnar a concessão ou o indeferimento de tutela provisória antes da sentença:

- a) Agravo;
- b) Reclamação;
- c) Recurso ordinário;
- d) Recurso de Revista;
- e) Mandado de segurança.

5-Sabendo-se que Paulo conseguiu apresentar seu precatório judiciário à Presidência do TJES no dia 22/03/2024, é **correto** afirmar que:

- a) o pagamento deverá ocorrer ainda em 2024;
- b) o pagamento do precatório poderá ser feito, sem juros e correção monetária, durante o período de graça;
- c) para os débitos inscritos até 1º de julho de 2024, o pagamento será realizado, com correção monetária, até o final do exercício de 2025;
- d) para os débitos inscritos até 1º de maio de 2024, o pagamento será realizado, com juros e correção monetária, até o final do período de graça;
- e) para os débitos inscritos até 2 de abril de 2024, o pagamento será realizado, com correção monetária, até o final do exercício de 2025.

6-(PGMVix) No dia 28/06/2023, servidores públicos municipais da área de enfermagem deflagraram uma greve totalmente ilegal, a qual paralisara vários serviços de atenção primária prestados pelas unidades de saúde da capital. Caso seja consultada sobre as alternativas jurídicas de que a Administração Municipal poderá lançar mão para se contrapor ao movimento paredista, a Procuradoria-Geral poderá opinar, com acerto, pelo:

- a) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional trabalhista de primeira instância;
- b) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional trabalhista de segunda instância (TRT da 17ª Região);
- c) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional de primeira instância da Justiça Comum Estadual;
- d) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional de segunda instância da Justiça Comum Estadual (TJES);
- e) corte imediato do ponto (independentemente de ajuizamento de demanda judicial), haja vista ser vedada, mesmo que exista acordo, a compensação de jornada.

7-(CEBRASPE-DPE/TO 2021 - Adaptada) Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade:

- a) deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas inseridas na CF.
- b) não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.
- c) pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.
- d) não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- e) pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

8- Acerca do instituto da desapropriação, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) constitui uma das modalidades mais extremas de intervenção do Poder Público no domínio alheio;
- b) de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores (STF e STJ), é possível a desapropriação da posse (direitos possessórios);
- c) a desapropriação não pode ocorrer de forma amigável, tampouco ser formalizada por escritura pública em Cartório de Notas;
- d) a desapropriação pode atingir bens mobiliários e imobiliários, corpóreos e incorpóreos;
- e) tem direito à indenização não só o titular do domínio do bem expropriado, mas, também, o que tenha sobre ele direito real limitado.

9- Sobre os municípios brasileiros, é **incorreto** dizer que:

- a) possuem capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação;
- b) ostentam autonomia, mas não soberania;
- c) os municípios organizam-se por meio de Lei Orgânica;
- d) ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área;
- e) é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, inclusive dos bancos.

10-(Vunesp – Procurador Municipal – Pref. Bertioga – SP/2021 Adaptada)

Assinale a alternativa que contempla hipótese de instrumento de controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Federal, perante o Poder Judiciário, admitido no direito pátrio:

- a) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado;
- b) ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- c) ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- d) arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça;
- e) arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

11-(TRF4-2022 Juiz Federal -Adaptada) A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa **correta**:

- a) as ruas, praças e as estradas são bens de uso especial;
- b) são características dos bens públicos a imprescritibilidade, a inalienabilidade e a penhorabilidade;
- c) os bens de uso especial submetem-se a regime próprio, de direito privado;
- d) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais;
- e) os terrenos de marinha pertencem à União e são considerados bens públicos de uso comum.

12-Sobre a execução fiscal, é **incorreto** dizer que:

- a) em face do princípio da causalidade, não se justifica a imposição de sucumbência ao exequente, frustrado em seu direito de crédito, em razão de prescrição intercorrente;
- b) a regra é a citação por meio de Oficial de Justiça;
- c) a defesa do executado se dará, via de regra, por meio de embargos à execução;
- d) a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória;
- e) a Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

13-(PGMVix 2023) São Gerências da Procuradoria-Geral do Município de Vitória, **exceto**:

- a) Gerência Tributária e Fiscal (GTF);
- b) Gerência de Agentes Públicos (GAP);
- c) Gerência de Licitações e Contratos (GLC);
- d) Gerência Urbanística (GU);
- e) Gerência de Políticas de Saúde (GPS).

14-(CESPE – 2020-TJ-PA Analista Judiciário) Quanto à responsabilidade civil por danos causados por seus agentes a terceiros, uma entidade da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica estará sujeita:

- a) ao regime da responsabilidade objetiva do Estado;
- b) ao regime jurídico da responsabilidade civil privada;
- c) à teoria do risco administrativo;
- d) à teoria da falta do serviço;
- e) à teoria do risco integral.

15-(FGV – XXII Exame de Ordem Unificado - Adaptada) O Município “X” instituiu taxa a ser cobrada, exclusivamente, sobre o serviço de coleta, remoção e tratamento de lixo e resíduos provenientes de imóveis. A igreja “ABC”, com sede no município “X”, foi notificada da cobrança da referida taxa. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa **correta**:

- a) as igrejas são imunes; portanto, não devem pagar a taxa instituída pelo Município X;
- b) a taxa é inconstitucional, pois não é específica e divisível;
- c) a taxa é inconstitucional, uma vez que os Municípios não são competentes para a instituição de taxas de serviço público;
- d) a taxa acima é legal por decorrer do exercício do poder de polícia;
- e) a taxa é constitucional e as igrejas não são imunes.

16-Sobre a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Contratos e Licitações), é **incorreto** afirmar que:

- a)** aplica-se a todos os entes da federação, abrangendo, inclusive, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- b)** na aplicação da Lei supracitada, devem ser observados os princípios da eficácia, da segregação de funções e da competitividade;
- c)** são modalidades de licitação da nova lei a concorrência, o concurso, o pregão, o leilão e o diálogo competitivo;
- d)** os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais da Lei supracitada devem ser exclusivamente servidores efetivos;
- e)** o processo licitatório tem por objetivos, entre outros, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos, bem como incentivar a inovação.

17-Imagine que, no bojo de certo Mandado de Segurança impetrado contra ato de autoridade municipal, a 2ª Vara da Fazenda Pública de Vitória tenha deferido a liminar/tutela provisória postulada pelo Impetrante. Diante desse cenário, é **correto** dizer que:

- a)** o único remédio jurídico colocado à disposição do Município para impugnar o ato decisório é o Agravo de Instrumento com pedido de atribuição de efeito suspensivo;
- b)** a decisão poderia ser impugnada, também, por Suspensão de Liminar/Segurança, dirigida ao STJ;
- c)** em tese, é possível o manejo simultâneo de Agravo de Instrumento para o TJES e Suspensão de Liminar/Segurança para o STJ;
- d)** o Agravo de Instrumento e a Suspensão de Liminar/Segurança são prejudiciais entre si;
- e)** em tese, é cabível o manejo simultâneo do Agravo de Instrumento e também da Suspensão de Liminar/Segurança, ambos dirigidos ao TJES.

18-Sabendo-se que o Município de Vitória acabara de ser intimado de uma sentença desfavorável oriunda do Juizado Especial da Fazenda Pública, regido pela Lei nº 12.153/2009, é possível afirmar que:

- a)** o meio impugnativo cabível (recurso de apelação) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- b)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- c)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser manejado em 20 dias corridos, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- d)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser interposto em 20 dias úteis, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- e)** o meio impugnativo cabível (recurso nominado) deverá ser manejado em 10 dias úteis.

19-Calixto obtivera uma licença para o funcionamento de um hotel, mas, tempos depois, mudara a finalidade do empreendimento para motel, fazendo-o sem a devida comunicação ao órgão competente. Quando o Poder Público tomar conhecimento dessa situação, a licença poderá ser extinta por meio de:

- a) anulação;
- b) revogação;
- c) cassação;
- d) convalidação;
- e) caducidade.

20-(CESPE/2019- TJ-DFT – Titular de Serviços de Notas e Registros – Remoção)

No âmbito da atuação pública, faz-se necessário que a administração pública mantenha os atos administrativos, ainda que estes sejam qualificados como antijurídicos, quando verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. A interrupção dessa expectativa violará o princípio da:

- a) legalidade;
- b) confiança;
- c) finalidade;
- d) continuidade;
- e) presunção de legitimidade.